

HÁ PRAÇAS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS



Fundada em 24 de Fevereiro de 2000

Defender para servir

CONCENTRAÇÃO “REQUIEM PELA CONDIÇÃO MILITAR”




PÁGS. 16 e 17

DESTAQUES

Sist. Remuneratório:
Cerca de 1200 Praças
na Marinha continuam
mal posicionadas

PÁG. 5

 **Carreira diferente**
prejudica Praças
do Exército

PÁG. 6

Praças da Força Aérea
recebem metade da
Prestação Pecuniária

PÁG. 7



CNED

Restrições Orçamentais
deixam 600 praças
sem formação

PÁG. 8

**Tertúlia: “Os Direitos
dos Militares
em Cidadania”**



PÁGS. 10 e 11



AP
é membro
de pleno
direito

PÁG. 12

Cortes
nos subsídios
de férias e Natal?

PÁGS. 14 e 15

PERIODICIDADE
QUADRIMESTRAL
N.º 2 – Ano 1 – Julho 2012

DIRECTOR
Raul Manuel Estróia Faleiro

PROPRIEDADE
Associação de Praças

MORADA
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Fax: 214 056 487

ÓRGÃOS SOCIAIS
direccao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

DEPARTAMENTOS E SECÇÕES
congresso@apracas.pt
delegados_marinha@apracas.pt
delegados_exercito@apracas.pt
delegados_faerea@apracas.pt
rel_publicas@apracas.pt
protocolos@apracas.pt
webmaster@apracas.pt
motoapa@apracas.pt

COMISSÕES DE TRABALHO PERMANENTES
fardamento@apracas.pt
vencimentos@apracas.pt
acciao_social@apracas.pt
higiene_seguranca@apracas.pt
carreiras@apracas.pt

ENDEREÇO DA AP NA INTERNET
<http://www.apracas.pt>

E-MAIL DA REVISTA DA AP
revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO
Associação de Praças

IMPRESSÃO
Tipografia da ADFA
Tel. 218822480 / 1 / 2 / 3
Fax: 218822486
Email: tipografia.adfa@sapo.pt

NIF
n.º 504 787 756

REGISTO ERC
n.º 124981

INPI
n.º 470/287

DEPÓSITO LEGAL
n.º 247668/06

TIRAGEM
2000 Exemplares

Nota: Os artigos publicados e assinados são responsabilidade dos autores e podem não traduzir as posições da AP.

legislação

Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro
– Lei O.E. 2012
Estabelece o seguinte:

Artigo 43.º
Alteração ao Dec. Lei n.º 320 -A/2000, de 15 de Dezembro

O artigo 21.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 320 -A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 118/2004, de 21 de Maio, e 320/2007, de 27 de Setembro, e pela Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 21.º
Prestações após o termo da prestação do serviço militar

3 — Não há lugar ao pagamento de prestação pecuniária a que se refere o n.º 1 nas seguintes situações:

a) Quando, durante o serviço efetivo, o militar obtenha provimento em concurso para serviço ou organismo da Administração Pública ao abrigo do previsto nos artigos 30.º, 33.º, 34.º e 35.º do presente Regulamento;

b) Quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo.

Subsidio por Morte

Artigo 52.º
Alteração ao Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro.

O artigo 83.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 83.º
1 — As pessoas de família a cargo dos aposentados terão direito a receber, por morte destes, um subsídio correspondente a um número de pensões igual ao dos meses de vencimento que a lei concede por morte dos servidores no ativo, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

Artigo 53.º
Alteração ao Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro

1 — Os artigos 7.º e 14.º do Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 7.º
O subsídio por morte é igual a seis vezes o valor da remuneração mensal, suscetível de pagamento de quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que o funcionário ou agente tem direito à data do seu falecimento, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

Artigo 203.º
Subvenções mensais vitalícias
A partir de 1 de janeiro de 2012, os titulares de subvenções mensais vitalícias que exerçam quaisquer atividades privadas, incluindo de natureza liberal, só podem acumular a totalidade da subvenção com a remuneração correspondente à atividade privada desempenhada se esta for de

valor inferior a três vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

O valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) em 2012 é de **419,22 euros**.

Lei n.º 7/2012, 13FEV
Regulamento das Custas Processuais (RCP)

Altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro) indicando quais as novas condicionantes (nomeadamente as 20 situações de isenção de pagamento e as situações de agravamento) e valores para as taxas de justiça a aplicar em 2012, entre outros. O conceito de Unidade de Conta, determinante para apurar os valores a pagar pela justiça, corresponde a 1/4 do valor do IAS, ou seja, 419,22€ a dividir por 4 o que corresponde a 104,8€.

Despacho do CEMA
N.º 4/2012, de 26 de Fevereiro
Indemnizações. Abate antes do tempo mínimo QP.S.

Portaria n.º 82/2012, 29MAR
Altera o regulamento que define o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades no sentido de aplicar a todos os processos judiciais o mesmo regime.

Portaria n.º 88/2012, de 30 de Março
Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da defesa nacional e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Portaria n.º 110/2012, de 26 de Abril
Primeira alteração à Portaria n.º 50/2011, de 27 de janeiro, que estabelece as modalidades de concurso para ingresso na categoria de praça do quadro permanente da Marinha.

Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de Maio
Assembleia da República
Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência)

Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio
Primeira alteração à Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.

Artigo 20.º -A
Promoções

1 — Durante o ano de 2012 podem ocorrer promoções de militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, de pessoal da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da guarda prisional, mediante despacho prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, justificada que esteja a sua necessidade.

2 — Do disposto no número anterior não pode resultar o aumento da despesa com

pessoal nas entidades em que se verificarem as promoções.

3 — Os efeitos remuneratórios das promoções referidas no n.º 1 apenas se verificam no dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção.

4 — O tempo de serviço prestado em 2012 releva para efeitos de promoção, não se aplicando o disposto no n.º 5 do artigo 20.º

Despacho CEMA, n.º 35/2012
de 18 de Maio

Normas gerais de atribuição e utilização das habitações na Marinha.

Portaria n.º 211/2012, de 21 de Maio
Define o início da missão da Força de Recação Imediata que visa garantir a evacuação de cidadãos Portugueses, a partir do território de Guiné-Bissau.

Acórdão do Tribunal Constitucional
n.º 229/2012, de 23 de Maio

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante da parte final do n.º 1 do artigo 51.º do Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho, na medida em que prevê que o cumprimento da pena de prisão disciplinar tenha lugar logo após ter sido negado provimento ao recurso hierárquico apresentado, sem que seja garantida, no Regulamento de Disciplina Militar, a possibilidade de impugnação junto do tribunal competente, em tempo útil.

Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho
Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Esta alteração vai entrar em vigor no próximo mês de agosto.

Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho

Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente.

Portaria n.º 184/2012, de 12JUN
Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 12/2011, de 27 de abril, fixa a quarta alteração à Portaria n.º 934/2006, de 8 de setembro, que aprova o Regulamento de Taxas para licenças de uso e porte de arma.

Acórdão do Tribunal Constitucional
n.º 353/2012

Inconstitucionalidade da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal.



Raul Faleiro
Diretor da revista

editorial

Há poucos dias o Tribunal Constitucional (TC), no seu acórdão nº 353/2012, considerou inconstitucionais os artigos 21º e 25º da Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012).

Estes artigos que suspendiam o pagamento dos subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, a funcionários, aposentados e reformados foram assim considerados “ilegais” à luz da Lei Fundamental no que ao princípio da igualdade diz respeito.

Ora se até aqui a decisão do TC não espanta, pois seria por demais evidente que a aplicação exclusiva de medidas de austeridade a pessoas que auferem remunerações e pensões por verbas publicas, colidia com o princípio já mencionado, já o mesmo não se pode dizer em relação à aplicação do artigo 282º, nº 4 da Constituição.

Este artigo prevê que uma vez provado o excepcional interesse público, se restrinjam os efeitos da declaração de inconstitucionalidade. *Portuguesmente falando, é inconstitucional mas por agora fechamos os olhos.*

Tal como diz o Juiz Conselheiro Carlos Pamplona de Oliveira na sua declaração de voto: “O Governo não estava impedido de apresentar ao Tribunal Constitucional as suas razões quanto à não inconstitucionalidade das normas em causa. Não o fez. Para além disso, precavendo a hipótese de julgamento adverso, teria até o dever de invocar, se as houvesse, as razões de excepcional interesse público que, em seu entender, imporiam uma restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

de. Também não o fez. Perante tais omissões, o Tribunal não pode afirmar – com segurança e o rigor que lhe são exigidos – que há razões de excecional interesse público que impõem uma restrição dos efeitos do seu julgamento, pois fá-lo com base na mera suposição do “perigo” de insolvabilidade do Estado como decorrência da normal vigência dos efeitos do seu julgamento, circunstância que, como se viu, não foi sequer invocada pelo órgão a quem cabe, em primeira linha, a defesa de um tal interesse”.

Sendo assim e tal como comprovado na dita declaração de voto o Governo não argumentou tal como era seu dever em favor a constitucionalidade das normas.

Também isto não é novidade. As graves omissões e ações cometidas por este e outros Governos que continuam a por em causa o bem-estar social dos cidadãos portugueses, são infelizmente o “pão-nosso de cada dia”.

O que era totalmente inesperado... ou talvez não, é que alguns Juizes Conselheiros, se tenham substituído ao Governo na sua obrigação de justificar o injustificável.

Reconhecida que está a inconstitucionalidade apressam-se alguns a arranjar razões que justifiquem o total reconhecimento da lei e da verdade: **É inconstitucional e não é só a partir do próximo ano!**

E depois acham que é politicamente incorrecto que se fale cada vez mais na partidarização dos tribunais e do pilar judicial português. Fica à vossa consideração.

«JÁ ÉS SÓCIO DA TUA ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA?»

Em Países como a Holanda, a Alemanha, a Irlanda e outros, os níveis de representatividade das associações/sindicatos rondam os 90%, o que fortalece a capacidade reivindicativa das mesmas.

Em Portugal estamos longe desses números, mas acreditando nos bons exemplos, estamos certos que fortalecer a Associação de Praças (AP) é o caminho para melhorar as condições socioprofissionais da Categoria.

ASSOCIA-TE NA AP, ASSOCIA UM(A) CAMARADA, AJUDA A ENGROSSAR A NOSSA VOZ!

Fundo de Solidariedade



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Balcão: Rua do Ouro N.º conta: 069763207330

NIB: 0035 0697 00632073300 73

VALOR DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE EM 16 DE JULHO: 1.813,84€



O direito dos administrados

O direito a férias

O direito a férias é um direito constitucionalmente protegido, sendo consagrado no Capítulo referente aos Direitos e Deveres Económicos dos Trabalhadores – Cfr. artigo 59, nº 1, alínea d) da C.R.P..

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), no nº 1 do artigo 94º, dispõe que “*Aos militares das Forças Armadas são aplicáveis, em matéria de férias, as disposições, previstas no regime geral da função pública, sem prejuízo da atividade operacional ou de frequência de cursos, tirocínios, instrução ou estágios*”

Assim temos que, os funcionários e agentes da administração central - *na qual se enquadram os militares* – encontram-se, especialmente, regidos pelo que estipula o **Dec-Lei 100/99 de 31 de Outubro**, que fixa o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, bem como pela **Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro**, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, com as devidas ressalvas no que tange ao seu âmbito de aplicação subjetivo, na medida em que a **Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro**, no seu nº 3, do artigo 2º dispõe que “*Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º, a presente lei não é aplicável aos militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, cujos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações constam de leis especiais*”.

No que respeita à remuneração devida é aplicável o vertido no **Dec-Lei 296/2009 de 14 de Outubro**. No que tange à atual problemática, relativa à eliminação do pagamento dos subsídios de Natal e férias, os quais, por imposição do quadro legal nacional só pode ser temporária, abstenho-nos de tecer qualquer comentário.

O direito a férias é um direito fundamental atribuído ao trabalhador, sendo, em regra, irrenunciáveis e não podem ser substituídas por compensações financeiras e adquire-se com a constituição jurídica de emprego público, vencendo-se no dia 01 de Janeiro de cada ano e reporta-se, em regra, ao serviço prestado no ano civil anterior.

No nosso ordenamento jurídico o legislador encara as férias não só como um gozo pessoal do trabalhador mas também como uma forma essencial para o desenvolvimento nacional, porquanto “*...O direito a férias deve efetivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e a assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural*”.

A atribuição dos dias de férias é aferida por dois vetores: a idade e o tempo de serviço. Isto é, o militar tem direito a um **período anual de férias** com a duração mínima de 25 dias úteis até completar 39 anos de idade, acrescentando um dia útil em cada 10 anos interpolados, até ao limite de 59 anos, data a partir da qual tem o direito ao gozo de 28 dias úteis de férias. Não obstante, sem prejuízo do atrás citado período anual de férias, o militar tem ainda direito ao gozo de um dia útil de férias, por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.

Ao militar em regime de contrato, no ano civil da sua contratação, decorridos que sejam 6 meses de serviço efetivo, este tem direito ao gozo de dois dias úteis de férias por cada um dos meses completos de serviço até 31 de Dezembro desse ano até ao máximo de 20 dias úteis.

Por regra, as férias devem ser gozadas no ano civil em que se vencem. No entanto as férias referentes a determinado ano podem ser gozadas no ano civil imediato, seguidas ou não, das férias vencidas neste ano, quer por acordo, quer por conveniência de serviço.

Nos termos da lei, as férias podem ser gozadas seguida ou interpoladamente, não podendo ser gozados, seguidamente, mais de 22 dias úteis, sem prejuízo dos direitos já adquiridos, nem, no caso de gozo interpolado, um dos períodos pode ser inferior a metade dos dias de férias a que o funcionário tenha direito. Salvo os casos de conveniência de serviço, devidamente fundamentada, não pode ser imposto ao militar o gozo interpolado das férias a que tem direito.

O militar pode interromper o gozo das suas férias por motivos de maternidade, paternidade, adoção, doença, assistência a familiares doentes e por conveniência de serviço, devidamente fundamentada.

No que concerne à remuneração, a lei diz-nos que “*O subsídio de férias é de montante igual à remuneração base a que os militares tenham direito no dia 1 de Junho ou, nos casos previstos no número anterior, no dia 1 do mês em que completarem um ano de serviço efectivo, acrescido dos suplementos que a lei preveja como integrantes do respetivo cálculo*” – nº 3 do artigo 23º do Dec-Lei nº 296/2009, de 14OUT.

Com a cessação definitiva de funções, quer para militares dos Quadros Permanentes, quer para os militares em Regime de Contrato ou Regime de Voluntariado têm estes o direito a receber, cumulativamente com a última remuneração devida, a remuneração correspondente a dois dias e meio por cada mês completo de serviço efectivo prestado nesse ano e o subsídio de férias proporcional.

Por último, os militares que, definitivamente, cessam funções têm ainda direito ao subsídio correspondente ao período de férias vencido em 01 de Janeiro do ano do abate ou da passagem à reserva de disponibilidade, se ainda o não tiverem percebido, bem como à remuneração relativa a esse período, se ainda o não tiverem gozado.

A importância de tal é por demais relevante, na medida em que caso não tenha sido concedido ao militar o direito ao gozo dos seus dias de férias, terá a Administração que efetuar o pagamento dos dias de férias não gozados, cumulativamente com o subsídio de férias.

Não basta dizer que se quer resolver os problemas...

É TEMPO DE AGIR!

No passado dia 30 de Abril a AP foi recebida em audiência por S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior da Armada, ALM Saldanha Lopes. Para além da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, a delegação da AP teve a oportunidade de transmitir alguns dos problemas que tanta preocupação e ansiedade geram no seio da classe.

PROMOÇÕES – Conforme consta na 1ª Alteração ao Orçamento de Estado de 2012, poderão ocorrer durante o presente ano promoções aos militares das Forças Armadas, desde que sejam cumpridos determinados requisitos, tais como, desde que haja parecer prévio dos Ministros das Finanças e da Defesa e que essas mesmas promoções sejam justificadas quanto à sua necessidade. Acresce ainda que tais promoções não podem resultar em aumento da despesa com pessoal nas entidades em que elas ocorram, e que os efeitos remuneratórios das mesmas só produzem efeito no dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção.

Esta situação preocupa a AP em especial, no sentido de a ocorrerem promoções, que sejam abrangidos todos os militares que cumpram ou já tenham cumprido as condições gerais e especiais para a sua promoção, independentemente da classe ou categoria a que pertencem. Na classe de praças, as promoções são maioritariamente por diuturnidade exceto a promoção a Cabo que se efetua por antiguidade. Neste contexto, tendo em conta que o tempo de serviço prestado em 2012 releva para efeitos de promoção, a AP não vê outra alternativa que não seja a promoção de todos aqueles que tenham atingido ou venham a atingir em 2012 o tempo de serviço necessário para a respetiva promoção ou que, tenham ou venham a ter vacatura para promoção ao posto de Cabo. Por outro lado também deveriam ser salvaguardadas as situações relativas ao universo dos demorados/preteridos, nos mesmos moldes da cláusula de salvaguarda prevista na LOE2011.

REDUÇÃO DE EFETIVOS – Esta matéria foi abordada por ter sido uma imposição do memorando da "troika", onde é imposta a redução de pelo menos 10% nos efetivos nas Forças Armadas entre 2011 e 2014. Como se chegou a esta percentagem é um assunto ainda não esclarecido, no entanto é bem real e preocupante. Tendo em conta que em 2011 houve uma redução de 3.000 efetivos do Regime de Contrato, a questão que se coloca é se esta redução já está incluída na percentagem atrás referida. Se assim não for, corremos o risco sério de termos umas FFAA sem recursos humanos suficientes para o normal desempenho das várias missões que lhes estão atribuídas, nomeadamente na área operacional. Sobre esta matéria o ALM CEMA não vê motivos de maior preocupação uma vez que, com a redução efetuada em 2011 os quantitativos de pessoal na Marinha estão dentro dos valores assumidos. Porém a dificuldade de rendição de praças em algumas especialidades nos meios navais é uma constatação.

FINANCIAMENTO ADM – Tendo em conta que está suspenso o desconto sobre o SCM para reforçar o financiamento para ADM, a AP questionou o ALM CEMA no sentido de saber quais as medidas que estão a ser propostas de forma a solucionar esta problemática. É do entendimento do ALM CEMA que qualquer medida que venha a ser implementada não poderá ser onerosa para os militares, mas sim para entidade empregadora.

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO QUADRO PERMANENTE DE PRAÇAS

– Foi recentemente alterada a Portaria que estabelece as normas para o Concurso ao QP de Praças da Armada. De acordo com a proposta apresentada pela AP em 2011, a alteração à referida portaria, permite aos 2^{os} MAR's habilitados com o CPM concorrerem e os limites de idade estão faseados entre 2012 e 2014. Embora positiva, esta alteração peca por tardia, pois o limite de idade para concurso em 2011 foi de 26 anos penalizando fortemente os militares que estavam no último ano de contrato. Se esta alteração tivesse sido efetuada em 2011, como a AP sugeriu, não teria havido mais uma injustiça a juntar a tantas outras que têm acontecido.

PEDIDOS PARA PASSAGEM À RESERVA

– A passagem à reserva ao abrigo da alínea b) do Art.º 152º do EMFAR é normalmente aceite ou não aceite de acordo com as necessidades/existências de pessoal relativamente à data em que é requerida. Esta situação provoca algu-

mas injustiças pois a aceitação ou não depende de algo que o requerente não tem conhecimento. Para que este processo se torne mais justo, a AP propôs ao ALM CEMA que sempre que o militar solicite a passagem à reserva seja inscrito numa listagem ordenada por data de entrada do requerimento na DSP-RSP, a ser divulgada através da página da Intranet da Marinha para que, logo que surjam condições favoráveis, o seu requerimento seja aceite.

Esta proposta obteve por parte do ALM CEMA uma boa aceitação referindo que poderá ser uma forma de tornar o processo mais transparente.

PROPOSTA

**Limites de idade
para comissão
de embarque
e serviço de escala**

**Continua sem resposta
há 802 dias**

APLICAÇÃO ESTATUTO DO DIRIGENTE ASSOCIATIVO

– Com alguma regularidade, os Comandantes, Diretores ou Chefes desconhecem que têm sob as suas ordens militares que têm direitos e deveres resultantes da aplicação do Estatuto do Dirigente Associativo. Esta situação deverá ser evitada uma vez que a constituição dos Órgãos Sociais da AP é do conhecimento do EMA. A AP solicitou ao ALM CEMA para que, através dos canais que julgue mais apropriados, faça chegar aos Comandantes, Diretores ou Chefes das Unidades, a informação de que o militar aí colocado é Dirigente Associativo.

SISTEMA REMUNERATÓRIO

– Este é um assunto que a AP já tinha abordado na anterior audiência, no entanto nada foi alterado. Salvo melhor opinião, a transição para o Novo Sistema Remuneratório não foi bem implementada causando graves atropelos no que à antiguidade diz respeito. Foram prejudicados cerca de 1.200 Praças (1^oMAR's e CAB's) que nos respetivos postos tenham o seu vencimento diferenciado consoante a sua antiguidade e que neste momento veem os camaradas mais modernos diferenciados de 15 anos no posto exatamente na mesma Posição Remuneratória (PR2). Como exemplo Esta situação parece-nos inadmissível tendo em conta a aplicação da lei, nomeadamente no que às normas de transição diz respeito. Sobre esta matéria a AP disponibilizou, uma vez mais, ao Gabinete do ALM CEMA um Dossier elaborado em 2010 onde é retratada e justificada a posição da AP nesta matéria.

Por outro lado, embora tratando-se de uma questão diferente, foi publicada em janeiro deste ano nova listagem de posicionamento dos militares referida ao ano de 2010. Nessa lista existem militares que foram posicionados em PR superiores às que detinham, no entanto, embora tenham sido colocados nessas novas PR em fevereiro último, ainda não lhes foi pago os respetivos retroativos.

Regime profissionalizante passa pelo DIREITO À CARREIRA

No passado dia 3 de Maio a AP foi recebida pela primeira vez em audiência por S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior do Exército, GEN Pina Monteiro. Depois da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, o GEN CEME começou por referir que as Associações Militares serão sempre bem vistas ao seu gabinete, no entanto entende que a área de actuação das APM é mais vocacionada para o âmbito da tutela política. Seguidamente ouviu as preocupações da AP de uma forma cordial e aberta, onde se destacam:

PROMOÇÕES – Esta situação preocupa a AP, em especial no sentido de, a ocorrerem promoções, que sejam abrangidos todos os militares que cumpram ou já tenham cumprido as condições gerais e especiais para a sua promoção, independentemente da classe ou categoria a que pertencem. Porque no Exército a prestação de serviço na classe de praças é exclusiva do Regime de Contrato, as promoções são todas por diuturnidade a AP não pode deixar de estar preocupada, tendo em consideração que o número de praças em condições de promoção é cerca de 1400.

REDUÇÃO DE EFETIVOS – Estando prevista uma redução de pelo menos 10% nos efectivos das Forças Armadas entre 2011 e 2014, conforme consta do memorando da “troika”, a AP questionou o GEN CEME no sentido de saber se a redução ocorrida em 2011 é contemplada nesta percentagem e se, caso não o seja, como vai enfrentar esse problema.

Sobre esta matéria o GEN CEME começou por indicar que o Exército já tem um défice elevado nos quantitativos de pessoal, resultante da redução ocorrida em 2011 e que, caso não se venham a efetuar novos ingressos já este ano, será impossível cumprir com todos os compromissos assumidos para o desempenho das suas missões.

FINANCIAMENTO ADM – Tendo em conta que está suspenso o desconto sobre o SCM para reforçar o financiamento para ADM, a AP questionou o GEN CEME no sentido de saber quais as medidas que estão a ser propostas para a solução do problema.

Sobre esta matéria, o GEN CEME comunicou à AP que a medida proposta pelo Exército vai no sentido de aumentar o desconto efectuado pela entidade empregadora.

ACIDENTES EM SERVIÇO – Tem-se verificado com alguma frequência, mais concretamente na altura da renovação de contrato que os militares que se encontram de baixa médica, através da Junta de Saúde são enviados para a vida civil. Existem direitos que urge ser salvaguardados, não se valendo as meras conjunturas económicas como as restrições que urge proteger, em violação dos direitos subjetivos, nomeadamente

o direito à personalidade na vertente da dignidade da pessoa humana.

Decorrem destas situações de baixa médica por motivos de doença ou por motivos de convalescença, mas acima de tudo de acidentes em serviço ocorridos nas unidades durante a formação básica ou já no exercício das funções, sem que muitas das vezes seja aberto o processo administrativo de acidente em serviço.

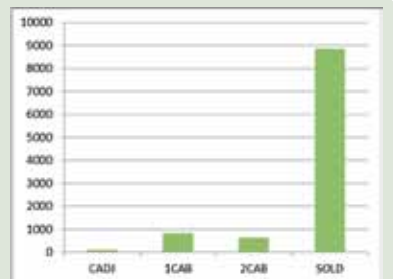
A situação em que se encontram alguns destes jovens, alguns sem possibilidade de apoio dos seus familiares mais próximos exige procedimentos céleres.

FORMAÇÃO CERTIFICADA – A formação ministrada aos militares do RC deve ser certificada de acordo com o estipulado na Lei de Incentivos aos Militares em RV/RC. A AP procurou saber junto do GEN CEME que formação certificada é ministrada às Praças em RC.

O GEN CEME reconhece que nem toda a formação ministrada às Praças é certificada, no entanto, existem em todas as unidades protocolos entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Exército para que os interessados possam beneficiar de formação aí ministrada.

CARREIRA – A carreira dos militares do Regime de Contrato, pese embora seja por um período diminuto (6 anos), deve ser uniforme nos 3 ramos das Forças Armadas, neste sentido a AP considera negativo que no Exército essa carreira seja condicionada logo no acesso ao posto de 2CAB, ou seja, na Marinha e Força Aérea os militares do RC têm um período de formação inicial que os habilita à progressão vertical na carreira, independentemente do posto. Como consequência desta situação no Exército são muitos os militares que após os 6 anos de serviço terminam o RC ainda com o posto de Soldado. A AP não compreende esta situação, até porque, todos os militares no RC estão vinculados ao mesmo Regime de Incentivos. Para que conste a quantidade de praças que atinge o posto de CADJ é diminuta, quase não tem expressão, ao invés o número de praças com o posto de soldado é muitíssimo elevado. Esta situação origina menos formação e menos remuneração e é fortemente contribuidora para a redução da taxa de retenção no Exército cerca de 23 meses.

Entende assim a AP que deve ser ponderada a possibilidade de existência de um Quadro Permanente de Praças no Exército por forma a permitir uma maior estabilidade nos cargos e funções atualmente desempenhados por Praças RC e ainda como fator motivador para os jovens que ingressam nas Forças Armadas.



RECRUTAR FICA MAIS DIFÍCIL!

A AP terminou o ciclo de audiências junto das chefias militares no passado dia 23 de Maio, sendo recebida em audiência por S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, GEN José Pinheiro. Depois da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, a delegação da AP apresentou as suas preocupações em relação a um conjunto de matérias, umas novas, outras já apresentadas e continuam a persistir, das quais se destacam:

PROMOÇÕES – AP alertou para a grande preocupação que reina nas praças da FAP em relação à forma e critério escolhido para as promoções. As praças que reúnem condições de promoção são cerca de 800. Para quando as promoções?

REDUÇÃO DE EFETIVOS – Como consequência dos cortes o concurso acesso ao Curso de Formação de Sargentos da FAP aguarda despacho a autorizar o número de vagas por parte do Ministério das Finanças. Estas situações acarretam enormes consequências na vida pessoal dos militares e suas famílias, assim como criam enormes dificuldades no normal funcionamento das unidades e na gestão dos recursos humanos.

ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

Para a AP a Formação dos militares é uma matéria de grande importância mas cuja aplicação tem ficado dependente da sensibilidade dos diferentes comandantes ou diretores, desta forma denota-se assim um desfasamento com o estabelecido no Regime de Incentivos à Prestação de serviço em RC. A título de exemplo, um militar que estava a usufruir do estatuto, com a mudança de comando deixou de o poder utilizar.

PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA – O pagamento da prestação pecuniária após termo da prestação de serviço militar aos militares que ingressaram antes de 02OUT2005 é constituída por 2 duodécimos da prestação anual para quem tenha cumprido 6 anos de serviço efetivo em RC.

Porém a FAP através da Circular nº 12/2012 considera que os militares que tenham iniciado o período nas fileiras até 2 de Outubro de 2005 só vão ter direito a uma prestação pecuniária.

Para a AP o serviço efetivo em RC inicia-se na data da incorporação (alínea a) do Art.º 303º do EMFAR) e não quando o militar é colocado na Unidade/Organismo após a instrução. O período nas fileiras é que se inicia após o militar termina a instrução militar (Art.º 26º da Lei 174/2009 - Lei do Serviço Militar).

Em suma serviço efetivo em RC não é a mesma coisa que Período nas Fileiras.

SUPLEMENTO DE CONDIÇÃO MILITAR

– Verifica-se o não pagamento do Suplemento de Condição Militar (SCM) aos militares em RC durante a formação. O Militar inicia a sua Instrução Militar Básica, designada por recruta. Nesse mesmo dia efetuou o Jramento de Bandeira, tendo, solenemente, jurado “*Guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da Republica (...) mesmo com o sacrifício da própria vida*” – Cfr Art.º 7º do E.M.F.A.R.

O militar termina a instrução complementar, tendo, a partir dessa data, iniciado o vínculo contratual efetivo com a Instituição, nos termos do art.º 28º da Lei nº 174/99 de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar).

Porém desde o ingresso na Instituição, até ao citado dia em que terminou a instrução complementar, ao militar, nunca lhe foi pago o valor referente ao Suplemento de Condição Militar, conforme estatui o nº 1, do art.º 10.º do Dec-Lei 296/2009 de 14 de Outubro, com referência ao art.º 120 nº 2 do EMFAR.



SUPLEMENTO DE RESIDÊNCIA (DI nº 172/94, 25 de Junho e DL nº 60/75, 7 Abril) – A Força Aérea faz um entendimento restritivo em relação ao pagamento do Suplemento de Residência aos militares do regime de contrato, ao contrário do Exército, o que suscita dúvidas acerca da legalidade e de uniformidade de procedimentos, quando a lei é igual para todos.

Verifica-se que muitas praças têm de pagarem a sua residência em unidades militares, embora deslocados a mais de 120Km da sua área de residência e sem lhes ser possível do direito de usufruírem deste suplemento.

FORMAÇÃO CERTIFICADA – Quanto à Formação Certificada denota-se que apesar das medidas previstas no Regulamento de Incentivos (RI) esta é uma matéria que não tem tido grande desenvolvimento, nem a expressão que deveria ter.

São situações como estas que contribuem para a não retenção de militares nas Forças Armadas e para a cada vez maior dificuldade de recrutamento.



Luís Reis
Presidente da Direção



Centro Naval de Ensino à Distância

CENTRO ÚNICO NO PAÍS ENCERRA EM 31 DE JULHO?

O Centro Naval de Ensino à Distância foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 36/94, de 1 de Setembro. Tem como missão desenvolver, ministrar e coordenar a execução de cursos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, na modalidade de ensino à distância. Este centro é pioneiro e único em Portugal. São quatro os cursos de nível secundário: Curso de Ciências e Tecnologias, Curso de Ciências e Socioeconómicas, Curso Ciências Sociais e Humanas e Curso Tecnológico de Administração.

Esta modalidade de ensino com um grande enfoque no e-learning é fundamental e insubstituível na formação dos militares (essencialmente Praças) do quadro permanente (QP) e em regime de contrato e voluntariado (RC e RV) dos três ramos (de acordo com o DL 320-A/2000, nomeadamente no seu Art.º 4), com vista à obtenção da escolaridade mínima obrigatória, que por razões pessoais ou profissionais não atingiram em idade própria, os níveis atualmente exigidos. (Despacho conjunto n.º 247/97, do MDN e da Educação, de 6 de Outubro de 1997, que reconhece o CNED como instrumento privilegiado para resolver o caso específico de alguns milhares de militares das Forças Armadas, nomeadamente da Marinha, privados de concluírem a educação escolar devido a situações de embarque).

O CNED está formalmente reconhecido no Decreto-Lei n.º 2333/2009, de 15 de Outubro (Lei Orgânica da Marinha), como órgão de execução de serviços; e na Portaria n.º 240/2011, de 21 de Junho, pelo reconhecimento de competências de avaliação de docentes.

Desde a sua criação no CNED foram investidos na sua atividade cerca de 30 milhões de euros. Foram formados cerca de 3722 alunos, dos quais 2070 da Marinha, 785 do Exército e 867 da Força Aérea. É frequentado por 608 alunos (202 Marinha, 204 Exército e 202 da Força Aérea). Destacam-se deste universo militares dos 3 ramos das F.A. que se encontram colocados em navios com missões prolongadas ou integrados em Forças Nacionais destacadas.

O CNED foi, também, um Centro de Formação Contínua de Professores acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua de Professores, tendo realizado, entre 2002 e 2011 mais de 800 ações de formação, abrangendo mais de 2000 formandos (docentes) de diversas escolas do País. A todas estas ações de formação eram reconhecidos, por aquele Conselho, os créditos adequados e de acordo com o requerido pelo Estatuto da Carreira Docente. Atualmente o CNED conta com 21 professores.

O CNED foi, ainda, um Centro Novas Oportunidades (**encerrado em 31 de Dezembro de 2011**), aberto a civis e militares (**cerca de 500**). A sua localização geográfica, mas sobretudo a qualidade reconhecida do desempenho da sua equipa, possibilitou a sua escolha como um dos primeiros 50 Centros Novas Oportunidades a desenvolver o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), cujo início ocorreu em 2003 ao Nível do Básico e em 2007 ao Nível do Secundário.

O CNED tem protocolos de cooperação com as Associações de Professores de Português e de História, e com as Universidades de Lisboa (Faculdade de Letras e Instituto de Educação), do Minho e Nova de Lisboa. O CNED é ainda membro ativo do European Distance and E-Learning Network e do International Council for Open and Distance Education.

Com a exigência estatutária do 12.º ano de escolaridade para a admissão ao Curso de Formação de Sargentos, que será alargada em 2014 ao acesso ao Quadro Permanente de Praças da Marinha, é muito importante assegurar o tipo de formação oferecido pelo CNED, dado que é ainda muito elevado o número de Praças da Marinha, do Exército e da Força Aérea (em menor escala) que não possuem o 12.º ano.

Pese embora a ausência de uma comunicação oficial por parte da Marinha sobre o seu encerramento, internamente estão a ser tomadas as diligências necessárias com vista a esse objetivo. Os argumentos apresentados prendem-se com as restrições orçamentais (falta de 500 mil euros anuais suportados exclusivamente pelo orçamento da Marinha) e pela dispensa de técnicos e professores que estavam a recibos verdes, alguns deles há mais de 10 anos.

Em suma com o encerramento deste centro coloca-se em causa a aprendizagem dos atuais e novos alunos, que viam nesta instituição a única hipótese de melhorar conhecimentos e aptidões, tanto na perspetiva pessoal como na progressão de carreira, bem como a situação profissional de civis que puseram o seu conhecimento na organização de um sistema único, em Portugal, de ensino à distância.

Por outro lado também a questão da possível reativação num futuro próximo, levará a um acréscimo de despesas com o seu funcionamento e a um período de tempo indeterminado para atingir a adequada eficácia e eficiência.

Uma vez mais a definição do que é prioritário deixa muito a desejar!



No passado dia 28 de Março, no Centro Cultural Casapiano, em Lisboa, teve lugar a cerimónia de tomada de posse dos novos Órgãos Sociais eleitos em 7 de Março na Assembleia Geral. Após leitura e assinatura do compromisso de honra, foram empossados nos cargos para que foram eleitos pelo Presidente na Mesa da Assembleia Geral os novos dirigentes associativos. Seguiu-se um porto de honra que contou com a presença de vários convidados que desejaram felicidades a todos os que constituem os Corpos Sociais para o mandato 2012/2014.

ASSEMBLEIA GERAL



MARTIM PEREIRA
Presidente



JOSÉ MARQUES
Vice-Presidente



ANTÓNIO CALDEIRA
Secretário



HORÁCIO RODRIGUES
Suplente

DIREÇÃO



LUÍS REIS
Presidente



PAULO AMARAL
Vice-Presidente
Dep. Relações Públicas



JOSÉ MATIAS
Vice-Presidente
Dep. Organização e Secretariado



CARLOS NICOLAU
Vice-Presidente
Dep. Administrativo e Financeiro



RAÚL FALEIRO
Secretário
Seção de Relações Públicas



NUNO SILVESTRE
Secretário
Seção de Relações Públicas



SANTOS PEREIRA
Secretário
Seção Protocolos e Divulgação



LUÍS FILIPE
Secretário
Seção de Delegados



PEDRO MORENO
Vogal
Seção de Legislação



JOSÉ SANTOS
Tesoureiro



AFONSO GALRITO
Secretário
Seção de Delegados



VÍTOR NICOLAU
Secretário
Seção de Delegados



ANA SOUSA
Secretária
Seção de Delegados



PEDRO REDONDO
Vogal
Seção de Delegados



HERNANI SILVA
Vogal
Seção de Delegados

SUPLENTE

ABEL JÚLIO

LUÍS CAVACO

JOSÉ PEDRO

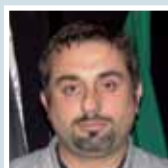
CONSELHO FISCAL



MANUEL LEITE
Presidente



JOSÉ SILVA
Vogal



ALEXANDRE DUARTE
Vogal



VÍTOR LAMBERT
Suplente

Tertúlia: “Os Direitos dos Militares em Democracia”

A Associação de Praças (AP) levou a cabo no passado dia 12 de abril uma tertúlia com o tema “Os Direitos dos Militares em Democracia”, onde estiveram presentes figuras do direito e da área militar.

É claro que o tema em questão por ser transversal à sociedade portuguesa, fez com que diversas opiniões difundidas naquele espaço, tivessem importância acrescida pelo facto de poderem ser passadas para a população em geral, transmitindo a ideia fulcral que os Militares não olham apenas para «o seu umbigo», mas sim que tudo o que fazem e pensam tem como objetivo primordial a defesa dos seus direitos e os do Povo Português, do qual eles emanam. Poder-se-á pensar que aos Militares está amputado o direito de se exprimir, fazendo com que cidadãos de farda sejam meros apêndices da e para a sociedade. Nada mais errado.

Esta mistificação arrasta a sociedade Portuguesa para tempos idos, podendo até colocá-la ao nível do século XIX, onde nada era permitido ao Povo, que estava subjugado aos poderes instalados.

Como diz a Constituição da República Portuguesa (CRP), lei fundamental do País, à qual os Militares juraram defender se necessário com o sacrifício da própria vida, no número 1 do artigo 37 na parte I, Direitos e deveres fundamentais, “Todos têm o direito de se exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.” e em seguimento o número 2 do mesmo

artigo afirma, “O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.”

Ora, nem mais nem menos do que a Associação de Praças tem defendido junto das mais variadas entidades com responsabilidades no âmbito militar, e faz junto dos seus Associados para que não exista receio na defesa dos seus direitos, e foi o objetivo da tertúlia que realizou.

Chegados aqui, temos o que resultou da tertúlia.

Dentro dos vários discursos que tiveram lugar destacamos dois pela sua atualidade e importância para a família militar, e pelo facto de estarem muito diretamente ligados ao tema em questão.

Como todos sabemos os Militares estão bastante limitados nos seus direitos através de legislação própria. Contudo, esses direitos não podem nem devem ser omitidos por quem tem o poder de decidir e não devem ser abandonados por quem tem o direito de os defender.

Quanto à parte dos que têm o poder de decisão, é importante que não esqueçam que ao cortar direitos aos Militares, está-se a desonerá-los dos deveres que estão inerentes à condição militar. Vejamos o exemplo da saúde.

Ao permitir que os Militares sejam abrangidos pelo serviço nacional de saúde, como qualquer cidadão ou ao fazer com que a esposa e filhos do Militar sejam obrigados a dirigirem-se a um qualquer hospital público, sem menosprezar os técnicos que lá trabalham nem tão pouco pretender afirmar que se é mal





atendido nesses hospitais, e não a um hospital das Forças Armadas, um Militar em comissão fora da sua zona de residência, vê-se isentado de cumprir as funções que lhe estão atribuídas por não lhe estar a ser concedido o direito à sua saúde e à da sua família. Este exemplo é paradigmático na área dos direitos e dos deveres que estão associados aos Militares, quanto mais não seja pelo simples facto de que uma das leis que nos estão sistematicamente a ser apontadas quando aventamos os nossos direitos, é a lei número 11/89 - Bases Gerais da Condição Militar, que estabelece os direitos e os deveres a que os Militares estão obrigados.

O artigo 2º dessa lei caracteriza a condição militar em nove alíneas, onde em oito estão consagrados deveres e em apenas um estão inscritos os “especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação”. Mais à frente no mesmo articulado, é garantido aos militares e suas famílias um sistema de assistência e proteção, incluindo assistência sanitária e apoio social.

Sendo nós, Militares, o garante da Constituição da República Portuguesa e cumprindo as Leis que nos são impostas, devemos exigir a quem tem o poder de decisão, o cumprimento das Leis que consagram os direitos à população Militar.

Outro dos assuntos que muita polémica causa, e causou na tertúlia, é quando é que devemos e podemos discutir sobre assuntos relacionados com política, essa palavra que tantos constrangimentos nos causa e que por vezes faz com que se ostracizem

alguns camaradas que se atrevem a falar dela.

Foi referido na tertúlia quando e como podemos falar de política. Referiu-se até, a diferença entre apartidário e apolítico.

A CRP define claramente que as Forças Armadas são rigorosamente apartidárias e que nenhum dos seus elementos se pode aproveitar da sua arma, posto ou função para qualquer intervenção política. Fazendo uma rápida incursão pelos dicionários verificamos que para apartidário a definição é «que não segue um partido; distingue-se de apolítico: todo o apolítico é apartidário mas nem todo o apartidário é apolítico». Para apolítico o mesmo dicionário define «o que é estranho à política».

Ora, política é a vida. Política é o preço do pão, do leite, do peixe, da eletricidade, do gás, política até é aquilo que se fez na tertúlia: discutir sobre um determinado assunto sem qualquer tipo de tabus, logo não temos que ser estranhos naquilo que nos diz respeito.

E é aqui que se diferencia um apartidário de um apolítico.

Nós Militares não podemos ser filiados em qualquer partido político, logo somos apartidários, mas não nos peçam para sermos tão inócuos ao ponto de não discutirmos sobre as matérias que influem decisiva e diretamente nas nossas vidas, pois discutir sobre a retirada dos subsídios de férias e de Natal, não é ser partidário é outrossim ser proactivo naquilo que nos diz respeito.

É falar de política quando referimos isto? É.

Coloca em perigo a coesão das Forças Armadas? Não!



Em 28 e 29 de Outubro de 2011 a European Organisation of Military Associations (EUROMIL) organizou a sua assembleia geral semestral (104º Presidium), em Bruxelas. Neste Presidium a Associação de Praças tomou posse como membro efetivo de pleno direito, abandonando assim o estatuto de observador.

O 105º Presidium da EUROMIL, que se realizou em Limerick, na Irlanda, a 27 e 28 de Abril passado contou com a presença de mais de 80 participantes de 26 associações representativas de militares de todas as categorias, bem como dos membros da sua direção (Board) e também dos seu escritórios centrais em Bruxelas (Office).

A reunião contou na sua mesa de abertura com Emmanuel Jacob, presidente da EUROMIL, Ian Harrington, Presidente da RACO (Representative Association of Commissioned Officers - Irlanda) e Rooney Gerry, Secretário-geral da PDFORRA (Permanent Defence Force Other Ranks Representative Association - Irlanda).

Resultante da crise económica e financeira, os cortes nos orçamentos de defesa e as consequências negativas da implementação de medidas de austeridade nas forças armadas europeias foram o foco central do encontro. Nestes tempos difíceis, todos concordaram sobre a crescente importância da EUROMIL para proteger e promover os interesses dos militares em toda a Europa.

O Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, lembrou que "todos os centínimos perdidos nos orçamentos de defesa nunca serão recuperados. Portanto, as forças armadas nacionais e, consequentemente, os militares devem trabalhar unidos. Os Ministros da Defesa devem tomar medidas duradouras e estar prontos para aceitar mais interdependência com outros estados. Por sua parte, a EUROMIL terá que encontrar o equilíbrio certo entre as consequências da crise económica e financeira no funcionamento das Forças Armadas e à crescente necessidade de representar os militares e as suas famílias".

Ian Harrington, Presidente da RACO, acrescentou que "nós, enquanto militares devemos ter a nossa parte equitativa do ónus da crise económica e financeira, mas o custo da existência da instituição militar deve ser suportado por todos os cidadãos dos nossos países. Os nossos associados confiam em nós como as suas organizações representativas para continuar a batalha a fim de garantir que os seus direitos e condições são mantidos na maior medida possível". A necessidade de preservar a dignidade da profissão foi particularmente enfatizada.

Além da contrapartida económica, o Secretário-Geral da PDFORRA, Gerry Rooney, sublinhou a importância da EUROMIL como uma plataforma de intercâmbio de experiências e boas práticas. "Há duas décadas atrás, a PDFORRA, apoiada pela EUROMIL, estava em luta para adquirir o direito de representação. Nos dias em que decorre este Presidium, pela 4ª vez na Irlanda, as associações representativas foram aceites no país". Além disso, foi destacada a internacionalização das atividades das Forças de Defesa da Irlanda, bem como a necessidade de trocar experiências, uma vez que Forças Armadas de diferentes países servem juntas em teatros de operações estrangeiros. Finalmente, a cooperação nacional promovida pelo fato organizar este Presidium foi muito bem recebida.

Esta Primavera, o Presidium acolheu dois oradores especiais, nomeadamente Michael Noonan TD, Ministro das Finanças irlandês, e o Tenente-General Seán McCann, Chefe do Estado Maior das Forças de Defesa da Irlanda. Páulynn Marrinan Quinn, o Provedor de Justiça para as Forças de Defesa da Irlanda, também honrou esta reunião magna da EUROMIL com a sua presença.

O Ministro das Finanças irlandês, Michael Noonan TD, recordou a história militar da cidade de Limerick e da evolução até o reconhecimento das associações representativas dos militares por parte do governo irlandês e das autoridades militares. Desde então, os direitos dos militares são defendidos pelas associações e pelo Provedor de Justiça para Forças de Defesa, que muito são elogiados pelas suas realizações. O ministro também enfatizou a internacionalização das Forças de Defesa da Irlanda através da multiplicidade de teatros de operações em que as mesmas atuam e do seu papel fundamental em missões de paz.

O Chefe do Estado Maior das Forças de Defesa da Irlanda, Tenente-General Seán McCann, sublinhou que às autoridades militares e às associações representativas de militares interessa partilhar políticas comuns e enfrentar desafios comuns. Nas últimas duas décadas, as associações representativas de militares na Irlanda melhoraram a comunicação com as autoridades militares sobre assuntos de interesse mútuo, com uma relação e compreensão das respetivas posições. Sobre os cortes no orçamento de defesa, o Chefe de Gabinete observou que o clima económico apresentou desafios de liderança. No entanto, as Forças de Defesa sempre foram capazes de se adaptar às mudanças. Ele afirmou que os recursos devem ser utilizados economicamente, eficientemente e eficazmente. A estratégia deve alinhar fins, meios e modos. Decisões difíceis devem ser tomadas e até mesmo se as associações nem sempre concordam com as escolhas feitas, o fluxo de informações deve permanecer rápido e preciso. Finalmente, o Tenente-

General McCann declarou que o papel das associações representativas de militares é fundamental para o contínuo sucesso das Forças de Defesa e particularmente na otimização dos recursos humanos e remunerações.

Ainda neste Presidium a EUROMIL acolheu um novo membro Montenegro, o SOVCG (Sindikalna Organizacija Vojske Crne Gore – Organização Sindical do Exército Montenegro), com o estatuto de observador, e à associação italiana PASTRENGO (Associazione Carabinieri in Servizio - Associação de Carabinieri no ativo) foi concedida a adesão como membro efetivo de pleno direito. Como resultado, EUROMIL conta agora com 43 associações membros de 28 países.

Finalmente, após as saídas de Anatol Tichoniuk (KONWENT), Otto Heiling (HOSZ) e Denis Granville (PDFORRA)

do Board da EUROMIL, três novos Conselheiros foram eleitos. O Holandês Ton de Zeeuw do MARVER/FNV foi eleito como novo tesoureiro, e o Irlandês Simon Devereux da PDFORRA, o espanhol Miguel Lopez da AUME e ainda o Finlandês Ari Pakarinen da PÄÄLLYSTÖLIITTO foram eleitos membros do board.

Nos próximos dias 26 e 27 de Outubro irá realizar-se em Bruxelas o 106º Presidium juntamente com o Congresso da EUROMIL, no qual a Associação de Praças se fará representar por dois membros da direção. O Congresso realiza-se de quatro em quatro anos e tem na sua agenda a eleição dos novos membros do Board bem como a necessária alteração estatutária uma vez que em virtude da EUROMIL deixar a sua sede fiscal na Alemanha sediando-se em definitivo na Bélgica e uma vez que a lei belga obrigue à transposição dos estatutos para a língua francesa se tenha decidido por uma revisão geral dos estatutos.

Decorrerá ainda um fórum de discussão intitulado "Crisis Effects on Payment and Pensions in the Military" (Efeitos da crise no pagamento de vencimentos e pensões aos militares). Será ainda discutida a proposta apresentada conjuntamente pelas três associações membro de Portugal (ANS, AOFA e AP) para que a realização do 109º Presidium tenha lugar em Portugal por altura do 40º aniversário do 25 de Abril.



O 25 DE ABRIL, OS MILITARES E A DEMOCRACIA



Antes do 25 de Abril os militares entendiam, com base nos princípios que aprendiam nos contactos que mantinham com os seus camaradas dos países NATO, que o tipo de relacionamento sociopolítico existente em Portugal era muito defeituoso. Assim sendo, não será por isso muito difícil de perceber que as Forças Armadas (FA) eram, talvez de todos os estratos da sociedade, aqueles que melhor entendiam o que era a “Utopia da Liberdade” para Portugal, mas principalmente para o povo português.

Na ânsia de devolver estes valores aos Portugueses, durante 48 anos de ditadura foram efetuadas inúmeras ações militares, e não só, que se viram sucessivamente infrutuosas. Exemplos dessas ações desencadeadas por grupos das FA foram:

- Revolta dos Marinheiros em 8 de Setembro de 1936;
- Humberto Delgado concorre às eleições presidenciais em 1958. Não é eleito devido a fraude eleitoral. Virá a ser assassinado em 13 de Fevereiro de 1965;
- Operação Dulcineia (desvio do transatlântico Santa Maria) em 22 de Janeiro de 1961;
- Tentativa de golpe militar. Às 04h00 da madrugada, uma coluna do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha marcha sobre Lisboa. É interceptada e o golpe falha, sendo presos cerca de 200 militares. (16 de Março de 1974).

Finalmente à 00:20h do dia 25 de Abril de 1974, sob o tema “O povo é quem mais ordena” o MFA derrubou a ditadura que, durante quase cinco décadas, oprimiu milhões de Portugueses com censura, medo, perseguição, tortura, prisão, e com uma guerra do ultramar de 13 anos que vitimou 8290 militares portugueses, e causou financeiramente muitas dificuldades a Portugal.

Do 25 de Abril de 1974 até à revisão constitucional de 1982, as FA demonstraram mais uma vez ao povo, e às forças políticas que não queriam o poder. Pelo contrário:

- Serviram de força mediadora entre os vários partidos políticos no chamado “Verão Quente”, impedindo que não tivéssemos uma guerra civil.
- Criaram o primeiro Tribunal Constitucional, através do Conselho de Revolução.
- Talvez o maior contributo das FA tenha sido, através do Grupo dos 9/Otelo, de preferirem a marginalização do que a instrumentalização por parte das diversas forças políticas.

Em 1980, já com o General Ramalho Eanes, como Presidente da República, e consequentemente como Chefe Supremo das Forças Armadas, este teve um papel importante no seio da família castrense, já que, equilibrou tendências e amorteceu tensões.

Em 1982, com a revisão constitucional então efetuada, completou-se a institucionalização do regime. Se é de aceitar as restrições de cidadania que os militares tiveram nessa altura de consolidação democrática em Portugal, já não é tão aceitável o que sucedeu a partir daí. Ao contrário de outras FA de países ocidentais, os direitos dos militares não foram alargados. Pelo contrário, como se fosse “um ajuste de



contas” nos últimos anos os militares passaram a ser objeto de uma desconsideração social, pelo poder político, que muitos deles consideram como um desprestígio não compatível com a sua dignidade.

Se houve quem, ao longo destes 38 anos nos tivesse apontado o dedo, ao referirem que as FA foram um fator desestabilizador no processo de consolidação democrática em Portugal, sem dúvida nenhuma que, sem a visão “muita à frente” das FA, com a sua vontade em terem um estado democrático, não teria sido possível acontecer tão cedo a Democracia em Portugal.

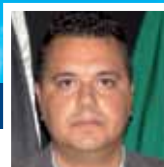
E que aconteceu depois? Seria de prever que as coisas melhorassem para os militares? A verdade, camaradas, é que 38 anos depois, temos perdido mais direitos do que outra classe social do país. Reduziram-nos 10% no acréscimo de tempo de serviço militar. Alteraram, abruptamente os níveis de escolaridade e idade para concorrer ao CFS, o que impediu milhares de praças de progredirem na carreira. Arruinaram-nos a CGA as antigas ADM's. Criaram uma nova ADM, convergindo a assistência à saúde dos militares para os níveis da ADSE, o que prejudica a missão militar, e também os direitos dos nossos familiares. Não atribuem a todos os militares o Suplemento de Residência. Mais recentemente, com a criação do novo sistema remuneratório, criaram instabilidade no seio da família castrense ao posicionarem militares com antiguidades díspares na mesma posição remuneratória, nalguns casos com diferenças de 15 anos no posto. Também ainda este ano, diminuíram o valor do subsídio por morte ao alterarem a fórmula de cálculo, isto é, antigamente correspondia ao valor do vencimento multiplicado por 6, agora é, no máximo, 419,22€ multiplicado por 6.

Parece muito, mas muitos mais direitos nos foram retirados.

Em suma, o que começou por ser uma luta contra a ditadura, é agora contra a injustiça. E é com esta luta que todos os militares, em particular as praças das Forças Armadas, se devem associar à Associação de Praças. Associar-se a um grupo de militares com o espírito de Abril que sabem que nunca desistir, nunca se resignar, nunca deixar de lutar pelos seus direitos, é o caminho para uma sociedade mais justa e democrática.

PEDRO MORENO
Vogal da Direção

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!



Paulo Amaral
Vice-Presidente da Direção

O «ROUBO» DOS SUBSÍDIOS

Este ano a família militar vai-se confrontar com o «roubo» de dois dos seus mais inalienáveis direitos: o Subsídio de Natal e o Subsídio de Férias.

O Decreto-lei n.º 496/80 de 20 de outubro que regulamenta a atribuição dos Subsídios de Férias e de Natal ao funcionalismo público, diz no artigo 2º número 1 que "O pessoal abrangido por este diploma tem direito a receber, em cada ano civil, um subsídio de natal, pagável em novembro..." e no artigo 10º do mesmo Diploma, diz que "...será atribuído, em cada ano civil, um subsídio de férias pagável por inteiro no mês de junho".

No mesmo diploma, no artigo 17º está plasmado que "Os subsídios de férias e de Natal, são inalienáveis e impenhoráveis."

Ora, como todos sabemos, os Militares são o garante da Constituição da República Portuguesa, por isto, somos aqueles que cumprimos as leis!

Logo, temos o direito e o dever de exigir que outros também as cumpram.

E aqui ressalta o cumprimento da lei que determina o pagamento de um salário pela força de trabalho exercida por uma pessoa, bem como os subsídios inerentes a esse mesmo trabalho, onde se inclui os Subsídios de Natal e de Férias, que como atrás foi dito é um direito inalienável e consagrado em forma de lei.

Toda esta trama, relacionada com a suspensão do pagamento dos Subsídios de Natal e de Férias, criada pelo governo teve como objetivo criar o ambiente propício para voltar a enganar escandalosamente os Portugueses. Primeiro foi dito a todos nós que aqueles subsídios não seriam suspensos apenas em 2012 e 2013.

O «roubo» continuaria por mais três ou quatro anos.

Ora, a uma velocidade do tipo "concorde", os factos alteram-se como o modelo de avião se deslocava pelos céus do globo.

O Tribunal Constitucional (TC), no seu acórdão n.º 353/2012, considerou inconstitucional o corte dos subsídios de Natal e de Férias aos pensionistas e trabalhadores da administração pública com base no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa que consagra o princípio da igualdade. Diz o número 2 do artigo atrás citado que "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social".

Com base nesta norma, os juizes do Tribunal Constitucional consideraram o corte dos subsídios inconstitucional.

O que se deve questionar neste caso é como é possível que o tribunal que tem por dever defender a lei fundamental do País,

determinar que existe uma norma que é contrária a essa lei mas que permite que seja aplicada durante um ano. Não será o facto de os excelentíssimos juizes do TC invocarem o número 4 do artigo 282 da CRP suficiente, para que este corte possa ser compreensivelmente anulado aos pensionistas e trabalhadores da administração pública no ano de 2013 e não se aplique o mesmo princípio pelo menos no Subsídio de Natal neste ano de 2012. Isto porque o parecer do TC apenas é elaborado após a data de pagamento do Subsídio de Férias aos trabalhadores da administração pública.

Esta questão também traz outras leituras que não posso deixar de fazer.

A primeira consideração feita por responsáveis governamentais e pelos *fazedores de opinião* nos órgãos de comunicação social foi que esta resolução do TC iria implicar que os cortes nos subsídios a partir de agora passariam a ser para todos. Trabalhadores do setor público e do setor privado.



O que se deve questionar é: não será isso, também, inconstitucional? Não será essa medida, se vier a ser considerada e aplicada, contrária ao Decreto-lei n.º 496/80, que considera os subsídios um direito inalienável e impenhorável?

Não posso deixar de referir o papel que o Presidente da República (PR), primeiro magistrado da Nação, aquele que ao tomar posse jura defender a Constituição da República Portuguesa e Comandante Supremo das Forças Armadas que ao promulgar o Orçamento de Estado (OE) para 2012 onde está inserida esta retirada dos subsídios.

O PR tinha por obrigação enviar logo para o TC para aferir da constitucionalidade do diploma, o OE, ainda para mais quando o PR referiu numa estação de televisão quando confrontado com essa questão que o OE estava ferido de inconstitucionalidade pois não tinha em conta o princípio da igualdade.

Lei é lei!

Devo alertar para o facto que muitos podem colocar a questão no ponto de considerarem que *por eu estar a ser prejudicado que devo tudo fazer para que outros também fiquem na mesma situação*.

Não! O que devo preconizar é colocar-me ao mesmo nível dos que estão melhor.

Valorizar as condições de vida e não minorizá-las.

Sendo o «roubo» dos Subsídios de Férias e de Natal, uma das medidas de austeridade inscritas no «plano» da troika para *salvar* Portugal da crise, convém afirmar que este caminho de austeridade imposto por fora e aceite pelos de dentro, conduzem o País invariavelmente para um rumo de decadência e de maior servilismo, fazendo com que muito da nossa soberania se consuma e a economia defina.

Para fundamentar o que acabo de dizer, temos que no 1º trimestre deste ano o déficit orçamental (diferença entre as receitas e as despesas do estado e apresentado em função do PIB que mede a riqueza criada num ano), chegou aos 7,9%, segundo o Instituto Nacional de Estatística, o que contraria todas previsões do governo como ajuda a perceber que não é com medidas de austeridade que se conseguirá revitalizar a economia nacional.

Estamos perante um ato de genuflexão por parte dos nossos governantes, às instituições europeias, o FMI, a UE e o BCE o que acabará por deixar Portugal numa situação bem pior do que aquela em que estávamos.

Estas instituições, bem como a opinião neoliberal da crise, formada pelos mais diversos meios de comunicação social e *fazedores de opinião*, transmite a ideia falsa que quem trabalha é o responsável por esta crise. Esses *malandros* dos trabalhadores que afundaram o País porque viveram acima das suas possibilidades!

Como será possível que se pactue com esta opinião quando vemos e sentimos na pele as medidas de austeridade impostas como se fossem os Militares e o Povo do qual emanam, os responsáveis por uma crise financeira criada basicamente pelos bancos e pelos «mercados» financeiros que jogam com a vida de milhões de pessoas para obterem lucros chorudos! Relembrar que da *ajuda* de 78 mil milhões de euros, 12 mil milhões vieram diretamente para a banca, ou seja, para quem ajudou a criar a crise. Conclusão: “o crime compensa”.



Quantos subsídios dariam para pagar esses milhões que estão prontos para serem canalizados para os bancos nacionais?

Para complementar esta opinião, não posso deixar de referir que aos cerca de 8 mil milhões de euros do erário público enterrados no BPN, o orçamento rectificativo já aprovado, consagra 1100 milhões de euros adicionais para amortização de empréstimos de médio prazo a essa «pérola financeira» para a qual há sempre dinheiro. Não se deve permitir o branqueamento desta situação, por muito que custe aos responsáveis ouvir, e sei que custa, pois esse dinheiro foi desviado do essencial para suportar uns quantos nababos que não só delapidaram o que o banco tinha como ainda saíram por cima sem nada lhes acontecer.

Reitero a pergunta: quantos Subsídios de Férias e de Natal seriam pagos com esses cerca de 10 mil milhões de euros enterrados numa instituição bancária com pouca projeção no mercado nacional?

Não esquecendo, que este mesmo banco foi vendido por 40 milhões de euros! Apenas!

Não podia deixar passar este assunto sem me debruçar sobre os porquês deste «roubo» à família militar.

Não basta falar, é preciso atuar!

D. Manuel Martins, bispo emérito de Setúbal, no seu jeito de mais vale quebrar que torcer, afirmou há tempos que este governo tem

por hábito falar de números e não de pessoas. Disse também que eles, os que nos governam bem entendido, nada sabem da comida que falta na mesa, do remédio que não se pode comprar, da casa que foi expropriada pela banca, do desespero de não ter trabalho, enfim da dignidade roubada às pessoas. São bestas ao serviço do sistema que nos governa.

Estas palavras foram ditas por um bispo. Por uma pessoa que é várias vezes chamada a falar nos órgãos de comunicação social. Mas, penso que estas palavras podiam ser ditas por qualquer um de nós, pois é este o sentimento reinante nos Militares.

Ao ler estas palavras do emérito bispo, apetece-me dizer que toda a coragem é necessária e toda a resistência é legítima.

Pois é isto que se trata.

Ao retirar um direito “inalienável e impenhorável”, este governo apenas está a agravar a já muito depauperada vida da família militar em particular e do Povo em geral.

E é contra esta situação que temos o dever de resistir.

Porque vemos, ouvimos e lemos como se agravam as injustiças, as desigualdades e a exploração.

Vemos o nosso vizinho, o nosso camarada, o nosso amigo ou um nosso familiar lutarem cada vez com mais dificuldades económicas em consequência da subida dos impostos, do aumento do custo da eletricidade, do gás, da água, dos transportes,

dos bens alimentares, das taxas moderadoras e em contraponto temos a descida dos salários, o corte das prestações sociais como o subsídio de desemprego e a retirada dos subsídios de férias e de Natal.

Ouvimos o governo justificar a não tributação do capital com a necessidade de evitar a fuga deste para o exterior, e os trabalhadores que não podem escolher onde pagam os seus impostos que suportem e que se conformem com a injustiça fiscal.

Lemos por outro lado, que a quase totalidade das empresas cotadas em bolsa se deslocalizaram para a Holanda, incluindo empresas com capitais públicos como a GALP, a EDP e a CGD, sem que o mesmo governo, que para os fracos é forte e para os fortes é muito fraco, nada faça para evitar esta injusta desigualdade de tratamento.

Camaradas, VEMOS, OUVIMOS e LEMOS, por isso não podemos ignorar.

Não podemos deixar que o nosso tempo se torne pecado organizado.

Não podemos correr o risco de quando os nossos filhos nos questionarem o que fizemos para alterar este tipo de situação, não sabermos o que responder ou respondermos que nada fizemos.

Cumpra ao Homem atuar primeiro no seu mundo intelectual para depois aprender a ser um bom líder no mundo social.



No passado dia 20 de Junho realizou-se uma concentração que contou com a presença da Associação de Praças e da Associação Nacional de Sargentos. Esta concentração que se intitulou “Requiem pela Condição Militar”, teve lugar frente ao Ministério das Finanças em Lisboa e contou com a presença de cerca de 300 militares.



Em forma de apoio, algumas dezenas de militares que, impedidos pela distância de estarem presentes em Lisboa, decidiram juntar-se em locais centrais das cidades onde as suas unidades estão sediadas.

Com base nos últimos Orçamentos de Estado e no incumprimento das Leis, pelo próprio governo, consubstancia-se hoje o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, que sem pejo nem humanidade promove o assalto aos direitos dos trabalhadores, da juventude, dos reformados e da população em geral, com particular violência para os trabalhadores da administração pública, do qual os militares como corpo especial fazem parte.

O governo concretizou medidas tais como o congelamento das remunerações e pensões, a Redução das remunerações entre 3,5 e 10%, desde 1JAN2011, a aplicação de uma taxa extraordinária em 2011 que originou o corte de cerca de 50% do subsídio de Natal, o corte dos subsídios de férias e de Natal a partir de 2012, sem horizonte temporal definido para a sua reposição. Situação que é precisamente no passado dia 20 se viu confirmada e que ao arrepio dos preceitos constitucionais da igualdade e da proporcionalidade se configura um «ROUBO», uma vez que os militares se veem subtraídos de um dos seus mais inalienáveis direitos: o Subsídio de Férias.

Uma vez que o Tribunal Constitucional já se pronunciou através do seu acórdão nº353/2012 pela inconstitucionalidade desta mesma medida, concluímos que a palavra “roubo” anteriormente utilizada não foi utilizada em vão. Se é inconstitucional logo é ilegal e deve ser prontamente corrigido o erro e pago o que é devido.

A mistificação que vem sendo feita em torno do “folhetim das promoções”, passando para a opinião-pública ideias erradas de tratamento excecional para os militares. No entanto o que se pretende com toda esta mistificação não passa de uma tentativa de abrir caminho a um sistema de promoções sectoriais e pontuais sem o consequente e respetivo direito remuneratório.

A redução de indemnizações aos militares que cessam contrato, quando as condições e as regras na sua admissão, legalmente consagradas, são subvertidas e desrespeitadas ou ainda o pagamento dessas prestações pecuniárias sem prazo determinado e muitas das vezes calculadas partindo de premissas erradas, o incumprimento por parte da Marinha e Força Aérea no pagamento do Suplemento de Residência aos militares do Regime de Contrato, ao contrário do Exército. Também aos militares do QP, o valor deste suplemento é processado por valores abaixo dos que determina a Lei, levando-os a interpor ações em Tribunal de modo a serem ressarcidos dos montantes que lhes são devidos.

O não pagamento do Suplemento de Condição Militar (SCM) aos militares em RC durante o período de formação complementar, o congelamento do tempo de serviço para efeito de progressão e promoção na carreira desde 1 Janeiro de 2011 quando esse mesmo tempo de serviço para efeito de progressão horizontal já tinha estado congelado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007, a redução das remunerações a cerca de 4000 militares resultante de reposicionamento na Tabela Remuneratória Única, por consequência das regressões, as consequências decorrentes da deficiente transição para o Novo Sistema Remuneratório que causou graves atropelos no que à antiguidade diz respeito, afetando cerca de 1200 praças do QP e cuja resolução não tem fim à vista.

O pagamento de retroativos aos militares que foram alvo de correção e que foram posicionados em PR superiores às que detinham, que nalguns casos atinge 21 meses, a redução exponencial do valor do subsídio por morte, a suspensão, desde JAN2010 a 31DEZ2011, do pagamento do Complemento de Pensão a partir dos 70 anos, e como se ainda não bastasse, os militares ou respetivos cônjuges sobreviventes, aderentes do Fundo de Pensões têm sido confrontados nos últimos dois meses com dificuldades de pagamento por parte da entidade



responsável e sem que se vislumbre uma solução alternativa para futuro.

Em suma, os cortes das remunerações, dos subsídios de férias e de Natal, consubstanciam uma redução em média do seu rendimento anual de 15%, ignorando deste modo que muitos dos militares, como certamente os seus concidadãos, assumiram compromissos com base nos rendimentos de que dispunham e que de repente, se veem, confrontados com situações que podem levar ao incumprimento das suas obrigações.

No final foi lida uma proposta de Moção que foi aprovada por unanimidade pelos militares presentes nesta concentração, que decidiram ainda mandar as Direções da ANS e AP para:

Fazer chegar junto do Primeiro-ministro estas exigências e preocupações de modo a que vejam respeitada e salvaguardada a Dignidade da Condição Militar e levarem a cabo as iniciativas necessárias para a defesa dos

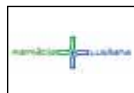
seus interesses socioprofissionais e dos Militares das Forças Armadas, considerando a gravidade e pertinência das questões enumeradas.

Assim no dia 25 de Junho pelas 17H30 uma delegação da AP e da ANS foi recebida pelo assessor para a segurança nacional do gabinete do Primeiro Ministro, GEN Carlos Chaves, onde procederam à entrega formal da Moção e puderam transmitir os problemas que estas decisões estão a causar na moral e na coesão dos militares.

Por todas estas razões iremos continuar a luta pelos nossos direitos.

Agora mais que nunca é da obrigação de todos encorpar esta luta pelos nossos direitos. Pelos que não vimos ainda reconhecidos mas acima de tudo pela manutenção dos poucos que ainda temos. E que fique claro de uma vez por todas: São direitos, não são regalias!





COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO E UNIVERSITÁRIO

<http://www.cespu.pt>

R. Central de Gandra, 1317,
4585-116 GANDRA PRD - PORTUGAL
+351-224 157 100 / +351-224 157 102
info@cespu.pt



CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- Desconto de 10% sobre a propina na Formação contínua, Pós-Graduações, estudos de 2º ciclo e Mestrados.
- Desconto de 5% nos estudos de 1º ciclo e Licenciaturas.



www.istec.pt

PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO

LISBOA
Morada: Av. Engº Arantes e Oliveira, 3/RC
1900-221 Lisboa
Telefones: 21 843 66 70/78 - Fax: 21 848 60 63
Email: secretaria@istec.pt
HORÁRIOS: 10H-20H45 - 2º F A 6º F

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- ▶ Isenção do pagamento de inscrição e matrícula nos Cursos Superiores;
- ▶ Redução de 10% do valor da propina mensal;
- ▶ Isenção do pagamento de inscrição para o exame de acesso ao ensino superior para maiores de 23 anos;

NOTA: Ficam excluídos destas condições os cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde, da Faculdade de Ciências Aeronáuticas, da Faculdade de Educação Física e Desporto, da Faculdade de Medicina Veterinária e da Escola de Comunicação Artes e Tecnologias de Informação.



<http://www.inp.pt>

Campus Universitário da Ameixoeira
Rua Vitorino Nemésio, 5
1750-306 Ameixoeira, Lisboa
Telefone Geral: 21 750 80 10
Fax: 21 750 80 20
e-mail: informacoes@inp.pt

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- ▶ Redução de 15% nas propinas mensais estabelecidas pelo INP em qualquer dos cursos de licenciaturas e mestrados ministrados.
- ▶ Redução de 15% nas propinas mensais estabelecidas pelo INP nos cursos de pós-graduação e de formação de executivos.



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

www.isg.pt

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

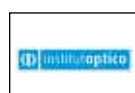
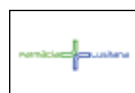
Ensinus – estudos Superiores, SA
Estrada da Ameixoeira, 112 a 116
1769-005 Lisboa
Tel. 21 751 37 00 | Fax 21 757 39 66
e-mail: informacoes@isg.pt

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- ▶ Redução de 15% nas propinas mensais estabelecidas pelo ISG em qualquer dos cursos de licenciaturas e mestrados ministrados.
- ▶ Redução de 15% nas propinas mensais estabelecidas pelo ISG nos cursos de pós-graduação e de formação de executivos.



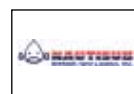


www.pousadasjuventude.pt – www.juventude.gov.pt

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- ▶ Um desconto de 10% nas reservas respeitantes a alojamento em quarto múltiplo na Rede Continental das Pousadas de Juventude.
- ▶ Um desconto de 5% nas reservas respeitantes a alojamento em quarto duplo na Rede Continental das Pousadas de Juventude.
- ▶ As reservas de alojamento deverão ser efectuadas directamente pela Associação de Praças.
- ▶ Para que possam ter acesso às condições preferenciais definidas por este Protocolo, os beneficiários devem apresentar, no acto do check-in, declaração ou documento identificativo, emitido pela AP, que comprove a sua qualidade de beneficiários.
- ▶ A indicação de cada pessoa e/ou de cada grupo, por parte da AP, corresponde a uma reserva, que pode ser efectuada a todo o tempo, e cuja confirmação deve ocorrer até 15 (quinze) dias antes da data da respectiva entrada na Unidade de Alojamento.



www.parquecerdeira.com

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Rua de Cerdeira, 400 - Campo do Gerês
4840-030 Terras de Bouro | Minho | Portugal
Tlf. + 351 253 351 005 | Fax + 351 253 353 315
Restaurante - Tlf + 351 302 036 388
info@parquecerdeira.com

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- O Parque Cerdeira concede um desconto de 10% sobre os preços de balcão nos serviços de alojamento e de animação turística, sem prejuízo de outros mais vantajosos que se verifiquem no momento da estadia.
- Os descontos podem ser cumuláveis de acordo com as regras definidas para os descontos e promoções.
- Os procedimentos de reserva obedecem às regras gerais do estabelecimento e podem ser consultadas em <http://parquecerdeira.com/pt/node/627>.



COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, C.R.L.

- ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - www.ulisofona.pt
- ULP - Universidade Lusófona do Porto - www.ulp.pt
- ESEAG - Escola Superior de Educação Almeida Garrett - www.esag.pt
- ISMAT - Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - www.ismat.pt/
- ISPO - Instituto Superior Politécnico do Oeste - www.ispo.pt/
- ISDOM - Instituto Superior D. Dinis - www.isdom.pt/

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

CONDIÇÕES:

Os associados, bem como os cônjuges, descendentes ou equiparados, os ascendentes que com eles se encontrem na sua dependência económica usufruirão das seguintes condições:

- ▶ Redução de 10% do valor da propina mensal relativa aos cursos ministrados na ULHT, ULP, ESEAG, ISMAT, ISPO e ISDOM.

NOTA: Ficam excluídos destas condições os cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde, da Faculdade de Ciências Aeronáuticas, da Faculdade de Educação Física e Desporto, da Faculdade de Medicina Veterinária e da Escola de Comunicação Artes e Tecnologias de Informação.



DIA NACIONAL DA PRAÇA DAS FORÇAS ARMADAS



PROGRAMA

DIA 2 SETEMBRO

10H00 // II Grande Prémio de Atletismo - Base Naval de Lisboa – CEFA

DIA 5 SETEMBRO

09H00 // Torneio de Futebol 7 – CEFA

DIA 8 SETEMBRO

08H00 // Concurso de Pesca, no Cais do Ginjal em Cacilhas

11h10 // Chegada dos associados e familiares, Praças no geral.

11h15 // Chegada das Entidades Cívicas e Militares, protocolares.

11h25 // Chegada de sua Excelência o Convidado de Honra Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conselheiro do STJ – Jubilado.

11h30 // Início da cerimónia junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmisso, com participação da Fanfarra.

11h45 // Intervenção do Presidente da Associação de Praças.

12h00 // Intervenção do Convidado de Honra.

12h15 // Cerimónia de deposição de flores.

13h00 // Almoço Comemorativo.

15H00 // Entrega de troféus das provas desportivas.

15h30 // Momento cultural.

COMEMORAÇÃO NACIONAL DO 76º ANIVERSÁRIO DA “REVOLTA DOS MARINHEIROS DE 8 DE SETEMBRO DE 1936”

8 SETEMBRO 2012

PRAÇA CENTRAL DO CENTRO CÍVICO DO FEIJÓ

EMENTA

Grelhada Mista,
Salada e Caldo Verde
Sobremesa: Fruta
Bebidas: Vinho Tinto,
Imperial, Águas
e Refrigerantes

PREÇOS

Ingresso Único
5,00€
Crianças
até aos 5 anos
GRÁTIS

INFORMAÇÕES

Ingressos na sede do CPA e AP
ou ainda nos delegados das unidades.

CPA: 21 276 64 21

cpa@clubepracasarmada.pt

AP: 21 755 29 39

geral@apracas.pt

ORGANIZAÇÃO



APOIO

